

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS NA VISÃO DOS GESTORES E PROFESSORES

Daniele Ramos de Oliveira

Célia Maria Guimarães

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Tecnologia, câmpus de Presidente Prudente
Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica
FAPESP

Introdução

A partir da Lei 11.274/06 (BRASIL, 2006a), o Ensino Fundamental tem sofrido alterações em sua organização nas diversas escolas de todo o país. Segundo a referida lei, a idade para ingresso obrigatório nessa etapa de ensino passaria dos sete para os seis anos e os sistemas deveriam ampliar em mais um ano a duração do Ensino Fundamental, prevendo-se como limite para o ajuste necessário o ano de 2010. Assim, a lei nº 11.274, de 2006, alterou a redação do artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), que passou a vigorar do seguinte modo: “O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão (...)” (BRASIL, 1996).

A partir de 2009 o município de Marília-SP passou a organizar o Ensino Fundamental mediante o ciclo de nove anos. A proposta curricular para o primeiro ano do Ensino Fundamental foi formulada pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação no segundo semestre de 2008. Para implantação da proposta foi realizado um curso de formação¹ para os professores responsáveis pelas turmas de primeiro ano e coordenadores das escolas de Ensino Fundamental.

Embora na Lei 11.274 (BRASIL, 2006) o prazo proposto para mudança nacional fosse até 2010, a resolução estadual de São Paulo nº 98, de 23 de dezembro de 2008, instituiu em seu artigo 2º que o Ensino Fundamental teria, em 2009, sua organização curricular desenvolvida em regime de progressão continuada, estruturada em nove anos, constituída por dois segmentos de

ensino: anos iniciais, correspondendo ao ensino do primeiro ao quinto ano e anos finais, correspondendo ao ensino do sexto ao nono ano. No entanto, de acordo com a resolução, as unidades escolares estaduais dariam início à implantação da organização do Ensino Fundamental de nove anos de forma gradativa e contínua e, excepcionalmente, em 2009, esta ocorreria a partir do segundo ano, correspondente à primeira série do Ensino Fundamental de oito séries (SÃO PAULO, 2008). Com isso, os municípios do estado de São Paulo que ainda não tinham realizado as alterações em seu sistema de ensino, tiveram que antecipar a implantação do novo ciclo para assumir também as turmas de primeiros anos das escolas estaduais.

Em 2009, a Secretaria Municipal da Educação de Marília assumiu a demanda de alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental do Sistema Estadual de Ensino e, com isso, remodelou sua infraestrutura para poder atendê-los, ocupando salas e demais dependências de oito escolas municipais de Educação Infantil. Em 2010, o Sistema Estadual de Ensino passou a atender todos os anos do Ensino Fundamental, portanto, no município de Marília não há mais turmas do primeiro ano ocupando o espaço físico de escolas de Educação Infantil.

A pesquisa de mestradoⁱⁱ, em parte aqui sintetizada, se insere na tentativa de contribuir com estudos e pesquisas sobre a ampliação do Ensino Fundamental, fato recente no Brasil que merece destaque devido às implicações que tem trazido tanto para as crianças que freqüentam a Educação Infantil quanto para os alunos do Ensino Fundamental no Brasil. O tema é relativamente novo, pois apesar de estar sinalizado na LDBEN/96 e ter se transformado em meta em 2001 por meio da Lei 10.172, somente em 2005 e 2006, a ampliação do Ensino Fundamental, a iniciar-se aos seis anos de idade, passou a se efetivar em âmbito nacional por meio da promulgação das Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006. (ARAÚJO, 2008).

Esta nova política tem orientado práticas educativas e mobilizado estudos e pesquisas, dos quais já resultaram diversos artigos, dissertações e teses. Em mapeamento bibliográfico preliminar, que incidiu sob o período de 2006 a 2010, foram localizadas 3 teses de doutorado e 34 dissertações de mestrado defendidas nos programas de Pós-graduação em Educação reconhecidos e recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que tem como foco o ensino fundamental de nove anos; 5 trabalhos publicados nos Grupos de Trabalho (Gts) dos “Encontros Anuais da Associação Nacional de Pesquisas em Educação” (Anped), 15 trabalhos

publicados nas edições de 2006 a 2010 do “Congresso Nacional de Educação - Educere” e 22 artigos dentre uma amostra de periódicos da área de educação com conceito “Qualis A e B”, obtidos na avaliação do triênio de 2007 a 2009, indicados no portal da Capes.

Mediante a análise desses textos, pude constatar vários aspectos importantes a respeito do ensino fundamental de nove anos, que indicam fecundas possibilidades de pesquisa. Dentre esses aspectos, destaco a carência de estudos e pesquisas sobre formação continuada de professores que tem assumido as turmas de primeiro ano do Ensino Fundamental. Dentre o total de 37 estudos acadêmicos (dissertações e teses) reunidos na pesquisa bibliográfica citada, apenas 3 são de títulos resultantes de pesquisa sobre formação de professores, sendo uma realizada no estado de Minas Gerais (SOUZA, 2010), outra no estado do Rio Grande do Sul (ZATTI, 2009)ⁱⁱⁱ e uma no estado de São Paulo (PIMENTA, 2007), mas com objetivos diferentes aos aqui propostos.

Cada um desses trabalhos traz uma contribuição específica e apropriada, o que nos desafia a refletir sobre as mudanças trazidas pela transição do Ensino Fundamental de oito para nove anos. O interesse emergiu, especialmente, porque a criança de seis anos é o alvo desta mudança e pelas implicações não se restringirem apenas ao primeiro ano do Ensino Fundamental, mas trazerem conseqüências para toda a organização curricular da educação básica. Por outro lado, desafia os sistemas municipais e estaduais a desenvolverem ações de formação continuada capazes de dar suporte teórico-metodológico aos professores responsáveis pelas turmas do primeiro ano do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, chama a atenção o número reduzido de pesquisas cujo objeto de estudo se volta para a formação continuada dos professores de crianças de seis anos no Ensino Fundamental. A formação continuada é um aspecto importante, pois o objetivo de possibilitar maior aprendizagem e desenvolvimento dos alunos não são atingidos pela sua simples inclusão no ensino obrigatório, mas pela qualidade do trabalho pedagógico que de fato ocorre em sala de aula sob a responsabilidade do professor. Corroboro com Kramer (2002, p.124) quando diz “[...] qualquer projeto de formação continuada ou sua inexistência, de certa forma, reflete o pensamento sobre o que pedagogicamente deve nortear o atendimento às crianças.” A inserção das crianças de seis anos no Ensino Fundamental só tem sentido se

efetivamente contribuir para o seu desenvolvimento integral, para emancipação dos conhecimentos construídos e a elaboração de novos.

Por todas as razões apontadas, tem sido desenvolvida uma pesquisa de mestrado, que ora se apresenta um recorte dos resultados obtidos até o momento, com os seguintes objetivos: investigar se as características do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores com as crianças do primeiro ano do Ensino Fundamental do município de Marília-SP são as mesmas apontadas pela literatura científica até o momento ou se apresentam características singulares, explicitando-as; caracterizar o que motiva as dificuldades e tendências detectadas entre os professores participantes do estudo; compreender se as dificuldades e tendências do trabalho desenvolvido por esses professores são consideradas pela equipe da Secretaria Municipal da Educação ao proporem ações formativas; investigar se há correlação entre as ações de formação continuada e a manutenção ou superação das dificuldades e tendências pedagógicas demonstradas pelos professores e analisar as necessidades formativas dos docentes de primeiro ano a partir de duas perspectivas: dos próprios docentes e dos gestores das escolas onde esses atuam. Diante disso, a pergunta norteadora da pesquisa é: qual a correlação entre as características do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores de primeiro ano do Ensino Fundamental e os aspectos presentes e ausentes nas ações de formação continuada que a equipe da Secretaria Municipal da Educação tem desenvolvido?

Cabe ressaltar que para o objetivo deste texto foi estabelecido um recorte da pesquisa que compreende a análise inicial dos dados obtidos por meio de questionários aplicados aos professores de primeiro ano do Ensino Fundamental e aos gestores das escolas no que tange a formação continuada.

Procedimentos metodológicos

O município escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi Marília-SP, devido a três fatores: o município estar em fase de implantação do primeiro ano do Ensino Fundamental em todas as escolas sob sua responsabilidade, iniciada em 2009; a pesquisadora principal ter sido professora de escola municipal na cidade referida, o que possibilitou acompanhar as ações da Secretaria Municipal de Educação em relação a ampliação do Ensino Fundamental e obter acesso facilitado em escolas e outras dependências necessárias para obtenção de dados; todos os professores que atuam no

primeiro ano já serem concursados e contratados em regime efetivo para atuar nesse nível de ensino, não sendo provenientes da Educação Infantil.

Nesse sentido, o município de Marília-SP se apresenta como um caso particular provido de características que auxiliarão a elucidar os objetivos propostos para esta pesquisa. É o que Stake (1995) apud André (2005) denomina de estudo de caso instrumental, segundo o qual o foco não é o caso em si, mas “[...] os *insights* que o estudo exaustivo de uma unidade podem trazer para o entendimento dos modos de apropriação das reformas pelos atores escolares.” (ANDRÉ, 2005, p.20).

Para atingir todos os objetivos propostos para a pesquisa e já elucidados, têm-se utilizado a triangulação de dados, que consiste na combinação de dois ou mais pontos de vista, fontes de dados, abordagens teóricas ou métodos de recolha de dados numa mesma pesquisa de forma a obter como resultado final um retrato mais fidedigno da realidade ou uma compreensão mais completa do fenômeno a ser analisado.

Os informantes são constituídos por três grupos: os professores de primeiro ano do Ensino Fundamental; os gestores (diretores e coordenadores) das escolas onde atuam esses professores e os gestores e/ou formadores responsáveis pelas ações formativas propiciadas aos professores do primeiro ano do Ensino Fundamental no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Diante disso, a pesquisa tem-se desenvolvido por meio dos seguintes procedimentos: mapeamento bibliográfico sobre o tema, pesquisa documental e aplicação de questionários e entrevistas junto aos sujeitos participantes. O recorte estabelecido para este texto diz respeito a análise da parte dos questionários aplicados aos professores e gestores das escolas que trata da formação continuada.

Os questionários foram aplicados com professores de primeiro ano do Ensino Fundamental em exercício, constituídos por uma amostra de 47 profissionais que aceitaram participar da pesquisa e de uma amostra de 9 gestores das escolas onde atuam esses professores em dezembro de 2010. A intenção inicial era aplicar os questionários com todos os 76 professores de primeiro ano do município, porém nem todos aceitaram respondê-lo. Dessa forma, foi necessário trabalhar com uma amostra. Amostra esta que parece ser representativa do universo inicial, pois consiste em 62% do total de professores atuantes em turmas de primeiro ano em 2010. Com o objetivo de não atrapalhar a rotina dos professores com as crianças do primeiro ano do Ensino Fundamental, foi feita a opção de aplicar os questionários nas últimas

semanas do ano letivo de 2010, momento em que costuma diminuir a frequência de alunos e de tarefas a serem realizadas pelos docentes.

Resultados

Nos documentos governamentais há a indicação da necessidade de estabelecer uma política de formação continuada para professores, gestores e profissionais de apoio para a implantação do Ensino Fundamental de nove anos. Entretanto, não há diretrizes ou parâmetros sobre como organizar essa formação, exceto que deva ocorrer preferencialmente na escola. Concordamos com Bordignon (2009) que muitos municípios encontram-se despreparados para construir seu plano de ampliação do Ensino Fundamental, portanto, o governo federal, por meio do MEC, deveria propor mais medidas que auxiliassem os municípios na elaboração dessas propostas.

Nesse sentido, cada Sistema Municipal de Ensino tem se organizado de uma maneira, o que conseqüentemente provocará resultados bastante diversos no que diz respeito a organização do trabalho pedagógico pelos professores e na aprendizagem dos alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental. Há municípios em que o processo de formação continuada oferecido pela Secretaria Municipal de Educação aos professores que atuavam com as turmas de primeiro ano abrangeu somente a alfabetização, conforme relata Abreu (2009), em relação ao município de Uberlândia-MG.

Entretanto, destaco que os objetivos do primeiro ano do Ensino Fundamental não se restringem a alfabetização. Nesse sentido, embora os pesquisadores mencionados demonstrem resultados positivos nesses processos de formação continuada que tem como enfoque a alfabetização, considero a necessidade de prover os professores de instrumentos teórico-metodológicos sobre as diferentes linguagens e expressões que possam permitir um desenvolvimento integral da criança. Além disso, as instâncias formadoras precisam se preocupar também em desenvolver processos de formação em que seria contemplado o trabalho integrado entre os anos do Ensino Fundamental, com o objetivo de desmistificar que a responsabilidade pela alfabetização das crianças pertence a determinada série ou ano escolar.

Diante disso, os professores e gestores investigados nesta pesquisa foram questionados sobre a participação em ações de formação continuada nos últimos dois anos que abordasse o trabalho pedagógico a ser desenvolvido com o primeiro ano.

Do grupo de professores investigados, 62% deles afirmaram ter participado do Curso de “Capacitação para Professores de Primeiro Ano do Ensino Fundamental” promovido pela Secretaria Municipal de Educação em 2009 e dos oito gestores que aceitaram participar da pesquisa, somente um não participou. Esse curso foi promovido no ano de implantação do Ensino Fundamental de nove anos no município durante uma semana em horário correspondente ao de trabalho dos professores de primeiro ano, que foram convocados para participação. Os alunos de primeiro ano do Ensino Fundamental iniciaram as aulas uma semana após as outras turmas devido a essa capacitação que estava sendo realizada aos professores que assumiriam essas turmas. Desde já é importante mencionar que essa formação poderia ter sido realizada de forma mais aprofundada caso houvesse sido desenvolvida no ano anterior a implantação do Ensino Fundamental de nove anos.

A formação foi organizada, desenvolvida e ministrada por profissionais que trabalhavam na Secretaria Municipal de Educação. Nesse curso, foi apresentada a Proposta Curricular para o primeiro ano do Ensino Fundamental aos professores, formulada pela Secretaria Municipal de Educação e divulgados exemplos de algumas atividades, principalmente lúdicas e artísticas, a serem realizadas nessas turmas. Contudo, a formulação da Proposta Curricular para essas turmas poderia ter envolvido os professores tanto do Ensino Fundamental quanto da Educação Infantil e se constituir também como um processo de formação continuada, como foi realizado em alguns municípios.

Dessa forma, 30% dos professores investigados afirmaram não ter participado do curso “Capacitação para Professores de Primeiro Ano do Ensino Fundamental” promovido pela Secretaria Municipal de Educação em 2009, tampouco de ação formativa alguma, exceto o HEC, nos últimos dois anos que abordasse o trabalho pedagógico a ser desenvolvido com as crianças de seis anos. Desse grupo, 29% não justificaram a não participação, 43% responderam que não participaram por falta de oportunidade, pois o curso foi desenvolvido somente em 2009 e não era permitida a participação de professores que não estavam em turmas de primeiro ano na época; 14% justificaram alegando a falta de tempo e 7% informou que realizava outro curso na época na área de educação especial, uma vez que havia aluno incluído na turma. Esses índices parecem demonstrar que a maioria dos professores que não teve oportunidade de participar do curso ministrado pela Secretaria Municipal de Educação em 2009 possuem interesse em participar de outros

processos de formação continuada que poderiam ser desenvolvidos. Conforme Romanowski (2006) a formação continuada não tem sido sistemática e, muitas vezes, assume um caráter imediatista. Cabe questionar, portanto, se teria isto ocorrido no caso do município de Marília com a urgência da implantação do Ensino Fundamental de nove anos?

De todos os sujeitos que afirmaram ter participado da formação promovida pela Secretaria Municipal de Educação (62% do total), 67% deles informaram que o curso contribuiu para melhoria de suas práticas em sala de aula. Quando solicitados que descrevessem algumas contribuições, 55% não justificaram e os outros 45% descreveram que as contribuições foram referentes aos conteúdos que deveriam ser trabalhados; a preparação de atividades mais adequadas para a faixa etária; ao exemplo de rotina a ser elaborada e desenvolvida com a turma de primeiro ano; aos direcionamentos diferenciados para o trabalho em sala de aula; a socialização de atividades e desenvolvimento de idéias de práticas pedagógicas para adaptar a realidade da turma. Parece, portanto, estar implícito nessa formação continuada oferecida a ideia simplista de atividade docente, em que para ensinar basta conhecer o conteúdo e algumas técnicas pedagógicas. Desse ponto de vista, conforme Resende e Fortes (2005), o professor é constantemente compreendido como técnico a quem basta instrumentalizar para assumir a atividade profissional. Corroboro com esses autores que é “[...] necessário maior valorização dos saberes que o professor já traz consigo, trabalhando-os de maneira articulada às referências teórico-conceituais.” (RESENDE, FORTES, 2005, p.5).

Ademais, se a intenção da implantação do Ensino Fundamental de nove anos é também que se transforme a prática pedagógica a partir de uma “nova” abordagem, os professores precisam de uma formação mais substancial, alicerçada em fundamentação teórica e na oportunidade de refletir sobre a prática pedagógica e não somente a apresentação de algumas estratégias didático-metodológicas, como parece ter sido o que ocorreu no curso de formação proposto pela Secretaria Municipal de Educação de Marília-SP. É importante que o professor vivencie estratégias de ensino no “novo” modelo e conheça atividades que possam ser realizadas em sala de aula, mas também é preciso conciliar fundamentação teórica e os conhecimentos e problematizações que o professores trazem, tarefa essa que não é fácil tampouco simples. De acordo com Mediano (2008), a abordagem coletiva dos desafios enfrentados em sala de aula favorece a construção da autonomia do

professor e sua capacidade de análise crítica. Desse ponto de vista, a autora alerta:

Nossas escolas são ainda muito heterônomas, esperando que as “ordens venham da Secretaria”. É pois muito importante fazer com que o professor individualmente e como coletivo seja capaz de se colocar perguntas do tipo: Por que se faz assim? A quem estou beneficiando se fizer desta forma? E ter coragem de fazer aquilo que parece melhor naquela circunstância. Evidentemente que isso cria alguns problemas para o sistema estabelecido que costuma ser autocrático e autoritário. Mesmo os que pregam autonomia e democracia esperam que ‘suas ordens sejam cumpridas. (MEDIANO, 2008, p.94)

Outro grupo constituído por 7% de professores respondeu que o curso de formação não contribuiu para suas práticas em sala de aula e 20% respondeu que contribuiu pouco. Quando solicitado que descrevessem algumas contribuições, 16% não justificaram e 84% descreveram que as atividades apresentadas na formação contribuíram de certa forma para prática pedagógica com a delimitação de objetivos e conteúdos para o primeiro ano; instruções sobre o planejamento do trabalho pedagógico e apresentação de jogos e brincadeiras de acordo com a faixa etária e de algumas idéias de como trabalhar a arte com as crianças de seis anos. Esse grupo de professores ressaltou ainda que a formação continuada oferecida se constituiu como um conjunto de estratégias didático-metodológicas, enfatizando a importância das ideias apresentadas no âmbito da arte e do lúdico. Portanto, nesse aspecto, a Secretaria Municipal de Marília se diferencia das demais realidades apontadas por diferentes pesquisas (ABREU, 2009, LOPES, 2009) que demonstraram que a formação propiciada aos professores de primeiro ano do Ensino Fundamental se pautou, às vezes até exclusivamente, em aspectos do ensino da leitura e escrita. A preocupação da Secretaria Municipal de Marília parece não ter sido o processo de alfabetização, mas possibilitar aos professores informações sobre os objetivos e conteúdos desse ano escolar por meio da apresentação da Proposta Curricular Municipal, assim como estratégias didático-metodológicas para o desenvolvimento de um ensino de caráter lúdico e artístico com crianças de seis anos, conforme propõe o MEC (2006). Os professores investigados também foram questionados sobre a importância que atribuíam aos cursos de formação continuada. Dos sujeitos participantes, 13% não responderam, mas 30% dos sujeitos relacionaram a importância dos cursos de formação continuada a sua prática pedagógica. Os professores investigados afirmaram considerar ser importante a formação continuada

desde que ela aborde a prática efetiva de atividades, a construção de novos métodos de ensino e de aprendizagem; trazendo novas possibilidades de trabalho e desenvolvimento de competências, não somente a teoria; demonstrando perceber a formação como socialização de estratégias pedagógicas e meio de aperfeiçoamento e transformação da prática pedagógica. Corroboramos com Mediano (2008) que a teoria para os professores só faz sentido se tiver origem na prática. “Dessa forma, forma se consegue que os professores façam reflexões sérias e criem também suas próprias teorias.” (MEDIANO, 2008, p.93)

O fato de que a prática constitui um ponto de partida significa que a teorização vai vincular-se, vai ‘amarrar-se’ a uma problemática concreta, evitando a dispersão em temas alheios à realidade. Por isso, a teorização não é um fato intelectual, desligado da prática, mas sim um processo ordenado de abstração, uma visão mais profunda da realidade, um novo olhar crítico e criador para a prática: é desenvolver a capacidade de pensar com nossa própria cabeça. É pensar o “Por quê?” e o “Para quê?” das coisas, mas sempre ligado à prática e à realidade. (BETANCOURT, p.50-51, 1991, apud Mediano, 2008).

No caso dos gestores investigados, somente um deles relacionou a formação a ampliação de conhecimentos e aprimoramento da prática. Todos os outros gestores investigados justificaram a importância da formação continuada por possibilitar atualização e reciclagem docente. A maioria (38%) dos professores investigados também afirmou perceber os cursos de formação continuada como importantes para atualização, reciclagem, renovação, capacitação, aperfeiçoamento, informação e preparação do docente. Esses termos parecem expressar a concepção “clássica” de formação continuada proposta por Candau (2008). De acordo com Terrazan et al (2005) nessa perspectiva a produção de conhecimentos ocorre fora da escola, sendo os processos de formação continuada tidos como responsáveis pelo “repasso” de informações, as quais na maioria das vezes não atendem às necessidades específicas de cada professor e/ou de cada escola.

Podemos, então, dizer que, para estes profissionais, o termo “atualização pedagógica” está ligado à idéia de “tornar-se atual”, ou seja, saber o que acontece no momento, ter acesso aos mais novos estudos, pesquisas e, portanto, conhecimentos produzidos no campo educacional, independente destes conhecimentos servirem ou não como instrumental para mudar as realidades onde estão inseridos. (TERRAZAN et al, 2005, p.12).

Conforme é possível perceber, a pesquisa aqui sintetizada ainda se encontra em andamento, mas desde já é possível constatar que a formação continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação de Marília-SP aos professores adquiriu um caráter de atualização, com apresentação de algumas estratégias didático-metodológicas, principalmente no referente ao trabalho pedagógico com a arte e o lúdico. A formação parece ter assumido um caráter imediatista, na urgência da implantação do Ensino Fundamental de nove anos pelo município e ter como base a ideia simplista de atividade docente, em que para ensinar basta conhecer o conteúdo e algumas técnicas pedagógicas.

Referências

ABREU, Márcia Martins de Oliveira. *Ensino Fundamental de nove anos no município de Uberlândia: implicações no processo de alfabetização e letramento*. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barros de Freitas. *Construindo sentidos para a inclusão das crianças de seis anos de idade no ensino fundamental de nove anos: um diálogo com professores*. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

AZAMBUJA, Guacira de. Diferentes dimensões da formação e da prática docente: culturas, representações e saberes. *Unirevista*, São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 1-12, abr. 2006.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. *Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7, fev., 2006a.

MEDIANO, Zélia. A formação em serviço de professores através de oficinas pedagógicas. In: CANDAU, Vera Maria.(Org.) *Magistério: construção cotidiana*. 6 ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2008.

PIMENTA, Júlia Inês Pinheiro Bolota. *Necessidades formativas e estratégias de formação contínua de professores: observação e análise de um programa*

de formação de professores. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

TERRAZZAN, Eduardo A.; SANTOS, Maria Eliza G.; LISOVSKI, Lisandra A. Desigualdades nas relações universidade-escola em ações de formação inicial e continuada de professores. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisas em Educação, 28, 2005, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisas em Educação, 2005.

SOUZA, Márcia Patrícia Barbosa de. *Formação continuada de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental de nove anos: estudo da política de formação implementada pela secretaria de educação de Juiz de Fora (2006-2008)*. 2010. Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2010.

ZATTI, Alexandra Tagata. *Ensino Fundamental de 09 anos: implicações na formação do professor para o atendimento à infância*. 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

ⁱ Este curso foi ministrado pela equipe pedagógica da Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação, das 7h às 12h, de 3 a 6 de fevereiro de 2009, totalizando 20 horas, na semana anterior ao recebimento das crianças de seis anos nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

ⁱⁱ A pesquisa de mestrado aqui delineada se encontra vinculado ao Grupo de Pesquisa “Profissão docente: formação, identidade e representações sociais coordenado pela Prof^a Dr^a Célia Maria Guimarães e pelo Prof.^o Dr.^o Alberto Albuquerque Gomes, em funcionamento desde 2007 e cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq.

ⁱⁱⁱ Essa dissertação, embora solicitada, não foi disponibilizada pela autora até o momento.